COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 1004, DE 2022

(Apensados: PL1277/2023 e PL3410/2023)

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para instituir as Regiões de Saúde Interestaduais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.

Autor: Deputado GENINHO ZULIANI

Relator: Deputado ISMAEL ALEXANDRINO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1004 de 2022, de autoria do ilustre Deputado Geninho Zuliani, propõe uma modificação na Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, a qual estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes no Brasil. A proposta legislativa visa especificamente instituir as Regiões de Saúde Interestaduais dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), acompanhadas de mecanismos associados de gestão e regulação da assistência à saúde.

A proposta enfatiza a necessidade de otimizar os recursos e melhorar a eficiência na prestação de serviços de saúde por meio da criação de órgãos colegiados de gestão e centrais de regulação específicas para essas regiões.

Ao PL nº 1004/2022 foi apensado o PL 1277/2023 de autoria do Deputado LÉO PRATES. O projeto de lei tem por objetivo especificar a operacionalização das Regiões de Saúde Interestaduais, detalhando critérios para sua formação e gestão, bem como mecanismos para o financiamento e avaliação de desempenho dessas regiões, com foco na Rede Interestadual de Atenção à Saúde do Vale do Médio São Francisco - REDE PEBA.





CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Ismael Alexandrino - PSD/GO

Por sua vez, o PL 3410/2023, de autoria do Deputado COBALCHINI, também foi apensado ao PL 1004/2022. Este projeto complementa a proposta ao definir um modelo para a criação de fundos de apoio às Regiões de Saúde Interestaduais, incentivando a implementação de ações integradas de saúde e a alocação eficiente dos recursos do SUS.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva (Art. 24 II, do RICD) pelas Comissões de Saúde (CSAÚDE), Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise do mérito e dos aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa.

Tramita em regime ordinário (art. 151, III, do RICD).

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o Relatório.

II- VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 1004 de 2022, de autoria do Deputado Geninho Zuliani, propõe uma mudança significativa na legislação sanitária do Brasil ao sugerir a criação de Regiões de Saúde Interestaduais dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). A intenção é formar uma estrutura formal para a organização, planejamento e execução de ações e serviços de saúde que ultrapassem as fronteiras estaduais, promovendo uma abordagem integrada e colaborativa na gestão da saúde pública. Essa medida busca responder à necessidade de uma pactuação mais eficiente entre estados e outros entes federados, visando superar desafios de coordenação e eficiência nos serviços de saúde.

O PL visa introduzir mecanismos de regulação e gestão específicos para essas regiões, estabelecendo órgãos colegiados tripartites formados por representantes da União, dos Estados e dos Municípios, que seriam responsáveis por tomar decisões conjuntas sobre políticas de saúde e sua implementação nessas novas unidades administrativas. Além disso, propõe a criação de centrais de regulação para coordenar o acesso aos serviços de saúde especializados, facilitando o encaminhamento de pacientes entre as fronteiras estaduais.





CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal **Ismael Alexandrino** - PSD/GO

A proposta está em linha com o artigo 198 da Constituição Federal de 1988 e com a Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), que preveem a organização do SUS em redes regionalizadas e hierarquizadas, bem como com o Decreto nº 7.508/2011, que já estabelece diretrizes para a criação de regiões de saúde, incluindo as interestaduais.

No entanto, o parecer técnico apresentado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) traz uma série de preocupações relativas à efetividade e aos possíveis impactos administrativos e financeiros da implementação do PL 1004/2022. O Conass destaca a falta de critérios objetivos para a definição e delimitação das Regiões de Saúde Interestaduais, o que poderia gerar insegurança jurídica e conflitos entre os entes federativos. Além disso, o projeto não detalha os mecanismos de financiamento dessas regiões, criando incertezas quanto à sua sustentabilidade e funcionamento.

Outro ponto de preocupação é a criação de estruturas burocráticas adicionais, que poderiam sobrecarregar ainda mais a gestão do SUS, já desafiada por limitações de recursos e pessoal. O Conass também expressa apreensão quanto aos projetos apensados, PL 1277/2023, que propõe a federalização da Rede PEBA, argumentando que tal medida poderia reduzir a autonomia dos estados e municípios e não necessariamente resultar em melhorias dos serviços de saúde. Além disso, o PL 3410/2023, que sugere a reintrodução do Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde (COAP), é visto como um retrocesso, pois poderia reintroduzir burocracias previamente abandonadas por não produzirem os resultados esperados.

Ante o exposto, considerando a necessidade de preservar a eficiência e a autonomia no gerenciamento do SUS e de evitar a implementação de estruturas que possam complicar, em vez de simplificar, a gestão da saúde pública no Brasil manifestamo-nos pela rejeição ao PL 1004/2022 e dos projetos apensados PL1277/2023 e PL3410/2023.

Sala da Comissão, em 09 de abril de 2023.

Deputado ISMAEL ALEXANDRINO Relator



